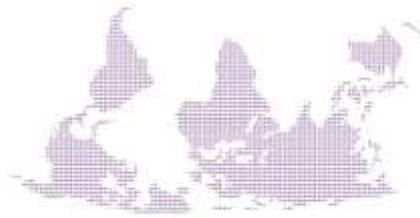


**VI JORNADA BRASILEIRA
DE SOCIOLOGIA**

MODERNIDADE E SUL GLOBAL

9, 10 E 11 DE OUTUBRO DE 2019



UFPEL



VI Jornada Brasileira de Sociologia

Modernidade e Sul Global

Outubro, 2019, Pelotas/RS

GT 5 – Reconfigurações no mundo do trabalho

A influência dos *think tanks* na política educacional brasileira: menor autonomia pedagógica e maior precarização do trabalho

A influência dos *think tanks* na política educacional brasileira: menor autonomia pedagógica e maior precarização do trabalho.

Valdelaine Mendes¹

Resumo

Este estudo tem como foco a análise de *think tanks*, organizações que funcionam como “laboratório de ideias” e têm como função produzir informações sobre temas como: política, economia, ciência, meio ambiente, saúde, educação, entre outros, para influenciar a opinião pública e construir consensos, na definição de estratégias para o enfrentamento de problemas sociais e para a definição de políticas públicas. Na segunda década do século XXI, há um aumento significativo no número de *think tanks* no mundo. No Brasil a Fundação Getúlio Vargas, a Fundação Fernando Henrique Cardoso e o Instituto Millenium são exemplos de organizações que operam com a finalidade de produzir conhecimento para influenciar a definição das políticas públicas. Neste estudo interessa compreender como os *think tanks* pró-mercado se constituem para influenciar o conteúdo da política educacional brasileira, de forma a reduzir o papel do Estado e limitar a gestão democrática da educação pública, retirando a autonomia pedagógica e precarizando o trabalho na área educacional. Pressupõe-se que essa influência ocorra pela difusão de ideias em todos os tipos de meios de comunicação, especialmente, nas redes sociais; pela formação de quadros para a ocupação de funções públicas; pela articulação com grupos empresariais para a propagação dos valores do mercado na educação. Palavras-chave: política educacional, think tanks, gestão democrática.

¹ Doutora em Educação, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, valdelainemedes@outlook.com

A influência dos *think tanks* na política educacional brasileira: menor autonomia pedagógica e maior precarização do trabalho

A segunda década do século XXI foi marcada, no Brasil, pelo acirramento de uma pauta conservadora e ultraliberal para a educação, que se expressa em um conjunto de ações e projetos cujos conteúdos se chocam com os princípios da democracia e da qualidade socialmente referenciada, defendidos pelas entidades educacionais (sindicatos, associações acadêmicas e científicas, movimentos sociais e estudantis) organizadas, especialmente, pós a abertura democrática no país.

Avanços e retrocessos foram experimentados na educação brasileira nas últimas décadas. No início dos anos 2000 foi aprovado o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) do país, histórica reivindicação da área², entretanto, os governos que estiveram no decênio (2001-2011) nunca derrubaram, por exemplo, os vetos aos pontos que ampliavam o financiamento da educação no país, o que o tornou um plano, como afirma Saviani (2010), com previsão, mas sem provisão³.

Já no ano de 2014, com um atraso de quatro anos, é aprovado o segundo Plano Nacional de Educação que, mais uma vez, não contempla muitos dos anseios da sociedade brasileira. Ainda que o projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional tenha sido precedido de um amplo debate com a sociedade, que culminou com uma conferência Nacional de Educação (Conae) no ano de 2010, o que se observou é que na correlação de forças vários aspectos ficaram totalmente descaracterizados, tanto no projeto de lei encaminhado ao congresso nacional, quanto nas alterações propostas pelos parlamentares durante a tramitação do projeto. O segundo PNE (2014-2024) é então aprovado, sem a garantia de destinação de recursos públicos, exclusivamente, para a educação pública; com a possibilidade de formação de professores a distância e com a redução da gestão democrática da educação a princípios técnicos e meritocráticos.

Ainda que as entidades representativas dos estudantes e trabalhadores em educação tenham feito forte pressão junto a base parlamentar, que defendia a aprovação de um plano que contemplasse o conjunto de deliberações da Conae, os grupos e associações que

² É importante ressaltar que o plano aprovado não foi aquele construído pela sociedade brasileira nas conferências nacionais de educação.

³ Com os vetos o plano fica, com um conjunto de metas e estratégias para execução em 10 anos, sem a correspondente determinação orçamentária.

defendiam os interesses privados na educação fizeram prevalecer os seus desejos na correlação de forças no congresso nacional.

Desde a primeira década dos anos 2000 assiste-se a um crescimento da participação privada no setor educacional. A Constituição Federal de 1988, no seu art. 209, define que o “ensino é livre à iniciativa privada”. Anos mais tarde a lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ao fazer a regulamentação desse dispositivo constitucional, detalha as características do ensino privado, o que permite igualar uma instituição educacional a qualquer outra empresa e a educação a uma mercadoria como outra qualquer. O expressivo crescimento no ensino superior privado⁴ ilustra essa situação.

Entretanto, essa participação privada não se restringe ao formato jurídico da constituição das organizações educacionais, há um movimento de pressão das organizações da sociedade civil, plenamente articulados com parlamentares, meios de comunicação, grandes empresas, para a introdução de um conjunto de valores e procedimentos que vão de encontro “aos princípios da gestão democrática da escola pública”, previsto na CF 1988 e na LDB 9.394/96.

Essas intervenções na educação pública ocorrem por meio de um repertório de direcionamentos, que são elaborados por instituições privadas, que visam orientar o trabalho em secretarias de educação e escolas da educação básica. Há todo um arcabouço de documentos e materiais produzido para definir como deve ser o trabalho do professor, da escola e da rede de ensino.

Esses procedimentos limitam a autonomia do professor e das instituições de ensino, que se tornam meros executores de programas e materiais elaborados por organizações da sociedade civil. Para ilustrar, a declaração da presidente do Instituto Airton Senna Viviane Senna explicita qual a compreensão de formação e trabalho docente da organização:

O Programa (Acelera do IAS) assume a escola e os professores como são, reconhecendo suas potencialidades, bem como suas limitações e dificuldades. Por essa razão, desenvolve materiais voltados diretamente para o aluno. Esses materiais são fortemente estruturados, de maneira a assegurar que mesmo um professor inexperiente, ou com preparação insuficiente - como é o caso de muitos professores no Brasil - seja capaz de proporcionar ao aluno um programa de qualidade”. (SENNNA, 2010, p. 148)

⁴ Esse crescimento pode ser detalhadamente visualizado nas sinopses estatísticas do ensino superior disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (www.inep.gov.br).

Há aqui um forte comprometimento do princípio da democracia no interior das instituições educacionais, na medida em que não são mais os projetos políticos pedagógicos, elaborados por cada escola, que vão balizar as ações educacionais, mas as orientações oriundas de organizações da sociedade civil.

Essa participação dos grupos privados, nas escolas públicas, com propósito de inserir um modelo de mercado na educação, não ocorre de uma forma isolada, mas conta com apoio de grupos empresariais, de setores da grande imprensa e de partidos políticos conservadores. Isto é, há uma ampla articulação para formar a opinião pública e convencer a sociedade do quanto são promissoras essas parcerias para a qualidade da educação brasileira.

Mais recentemente pautam a agenda dos debates educacionais no Brasil três temas que, além de polêmicos, contribuem para o comprometimento da qualificação da educação no país e do aperfeiçoamento da gestão democrática, que são a criação de uma Base Nacional Comum Curricular, a Reforma do Ensino Médio, e o projeto da Escola Sem Partido. Em relação aos dois primeiros há que se destacar, inicialmente, a ausência de diálogo com a sociedade, em especial com estudantes e trabalhadores em educação, sobre a pertinência desses projetos para a educação que são, atualmente, parte da legislação educacional do país. Em relação ao projeto da Escola Sem Partido trata-se de um movimento que acompanha uma onda conservadora que se articulou, nos últimos anos, no Brasil, e pretende criminalizar o trabalho desenvolvido nas instituições de ensino com “apelo político”.

Os vários encaminhamentos elencados até aqui representam uma ameaça à educação brasileira: por restringirem e excluírem a participação das comunidades na organização dos currículos; por atrelarem a educação aos princípios do mercado; por apostarem no discurso da ineficiência do Estado e dos governos e na eficiência do setor privado; por sobreporem a liberdade individual a qualquer demanda coletiva e social e apostarem na desqualificação desses coletivos tidos como “políticos” e; principalmente, por limitarem a formação de sujeitos independentes e críticos que sejam capazes de reconhecer o lugar que ocupam na sociedade e entender os motivos históricos da produção das desigualdades e das injustiças no país.

Há uma concepção de mundo que sustenta essas ideias e que precisa ser permanentemente fortalecida. A análise aqui realizada refere-se à área educacional, mas não se restringe a esta, pois é preciso intervir em todos os campos da vida social e convencer a

sociedade de que o Estado deve ser mínimo, o mercado deve regular as relações sociais e o setor privado deve assumir as funções públicas.

[...] o neoliberalismo exige um processo de *desdemocratização*, ou seja, uma retirada progressiva da possibilidade de decisões democráticas ou oriundas da maioria de interferir na ordem econômica⁵. Só assim se torna possível o estabelecimento de políticas de austeridade e de retirada de direitos sociais. (ALMEIDA, 2018, p. 32)

Este estudo tem como foco a análise de *think tanks*⁶, organizações que tem como função produzir informações e construir ideais, para influenciar a opinião pública e a sociedade na definição de estratégias para o enfrentamento de problemas e definição de políticas públicas, sobre temas como: política, economia, ciência, meio ambiente, saúde, educação, entre outros.

Na segunda década do século XXI há um aumento significativo no número de *think tanks* no mundo. Isso pode ser percebido no relatório produzido, anualmente, pela Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos da América (EUA), que tem como propósito acompanhar o crescimento dos *think tanks* no mundo e criar um ranking daquelas instituições com maior influência em 81 países. No último relatório, divulgado em 2018, foram contabilizadas 8.248 *think tanks* no mundo. Os EUA são o país com maior número, totalizando 1.872. O relatório divide o globo terrestre em sete regiões.

Tabela 1: Distribuição de *think tanks* no mundo em 2018.

Região	Quantidade
América do Norte	2.058
América do Sul e Central	1.023
África Subsaariana	612
Europa	2.219
Leste e Norte da África	507
Ásia	1.829
TOTAL	8.248

Fonte: University of Pennsylvania Scholarly Commons. Global Go To Think Tank Index Reports, 2018.

⁵ O autor sustenta esta ideia na obra: LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. A nova razão do mundo. São Paulo, Boitempo, 2015.

⁶ Expressão em inglês traduzida por “laboratório de ideias”.

Na região da América Central e do Sul, o Brasil aparece como o país com o segundo maior número de *think tanks*, atrás apenas da Argentina, conforme pode ser percebido na tabela abaixo:

Tabela 2: Dez países com maior número de *think tanks* na América Central e do Sul em 2018.

País	Quantidade
Argentina	227
Brasil	103
Bolívia	66
Chile	64
Colômbia	64
Peru	43
Costa Rica	42
República Dominicana	40
Paraguai	33
Equador	29

Fonte: University of Pennsylvania Scholarly Commons. Global Go To Think Tank Index Reports, 2018.

O relatório tem como propósito compreender o papel que os *think tanks* exercem na elaboração das políticas públicas e sua influência na sociedade civil. Os critérios para o estabelecimento da classificação são capacidade de liderança das equipes, quantidade e qualidade das publicações da instituição, desenvolvimento de parcerias, participação nas redes sociais, entre outros. No último relatório, várias instituições brasileiras aparecem no “*Top Think Tanks in Central and South America*”, conforme pode ser visto na tabela a seguir:

Tabela 3– Instituições brasileiras no “*Top Think Tanks in Central and South America*”

Instituição	Colocação no Relatório
Fundação Getúlio Vargas	1º
Centro Brasileiro de Relações Internacionais	3º
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	8º
Fundação Fernando Henrique Cardoso	13º
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento	17º
BRICS Policy Center	11º
Núcleo de Estudos da Violência (USP)	31º
Instituto Millenium	34º

Faculdade de Direito do Sul de Minas	54°
Forum Brasileiro de Segurança Pública	69°
Instituto Liberdade	73°
Instituto Igarapé	78°
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional	81°

Fonte: University of Pennsylvania. Global Go To Think Index Report, 2018.

No Brasil, a FGV, a Fundação Fernando Henrique Cardoso e o Instituto Millenium são exemplos de organizações que operam com a finalidade de produzir conhecimento para influenciar na definição das políticas públicas. Essa influência ocorre pela difusão de ideias em todos os tipos de meios de comunicação, especialmente, na grande imprensa e nas redes sociais; pela formação de quadros para a ocupação de funções públicas; pela articulação com grupos empresariais para a propagação dos valores do mercado na educação, cultura, economia.

A FGV, além de se destacar entre os *think tanks* nacionais, aparece como sétima organização mais influente do planeta no Relatório da Universidade da Pensilvânia. É uma instituição com forte atuação na área da administração, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação, com enfoque em processos de formação adequados às demandas do mercado de trabalho. A formação de líderes, o incentivo a valorização do mérito individual, o estímulo à concorrência, como pretensa estratégia de qualificação, são elementos que fundamentam os projetos e as ações da FGV. No item “visão” do Código de ética e conduta⁷ é explicitado o que pretende a organização:

Ser reconhecida como instituição inovadora, comprometida com o desenvolvimento nacional, pela formação de uma elite acadêmica, pela geração de bens públicos nas áreas sociais e afins, e pela prestação de serviços com elevado padrão ético e de qualidade.

Ao registrar seu comprometimento com a formação de uma “elite acadêmica” evidencia um claro comprometimento com uma parcela muito restrita da população. Em outro item do referido Código de Ética constam os valores institucionais da organização.

1.5 Valores Institucionais

Trata-se de capturar o ideário nacional criando uma imagem multifacetada:

- É uma instituição com tradição de seriedade e competência com mais de 70 anos de soluções;

⁷ Código aprovado pela Portaria n. 23/2017, da FGV.
https://portal.fgv.br/sites/portal.fgv.br/files/codigo_etica_conduta_fgv_vf_2017.pdf

- É inovadora e dinâmica;
- É uma instituição apartidária, mas com uma forte ideologia do interesse nacional;
- Valoriza a diferenciação pelo mérito;
- Tecnicamente procurará ser a melhor em todas as áreas que atua.

Na apresentação dos *think tanks*, identificados com a lógica pró-mercado, a independência em relação a governos e partidos políticos, sobressai-se como característica declarada por essas organizações. Além do discurso da independência em relação a partidos e governos, outra ideia recorrente é a da ausência de ideologia e da neutralidade de pensamento nos documentos dos *think tanks* pró-mercado. É como se assumir uma postura pró-mercado fosse algo natural e inquestionável, por parte de qualquer instituição.

No ano de 2016 foi criado e em janeiro de 2017 iniciou a operar o Ceipe, definido como primeiro *think tank* brasileiro especializado em política educacional. A organização conta com a parceria da Universidade de Harvard e o apoio do Instituto Brookings para seu funcionamento. A criação de um centro para atuar especificamente com política educacional é algo que merece uma atenção muito especial, tendo em vista o peculiar caráter da FGV de voltar-se para o mercado e ser uma referência nacional. Entender o que pretende o centro, como se constitui e com quem se articula pode permitir um entendimento da natureza das pesquisas e das ações desenvolvidas pela instituição, que tem como propósito “auxiliar” na elaboração das políticas educacionais, mas mais que isso:

O CEIPE tem como missão contribuir para que o Brasil tenha uma educação pública equitativa, inovadora e de qualidade por meio do apoio às Secretarias no desenho e implementação de políticas educacionais, da produção de conhecimento aplicado em políticas educacionais e da formação de líderes. (FGV, 2018)

A atuação dos *think tanks* não ocorre de forma isolada, mas articulada com outras instituições e organizações. Há uma articulação entre parceiros, apoiadores e financiadores na execução e no planejamento das ações. Especificamente do Ceipe, são parceiros: Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Instituto Natura, Itaú A, Omydiar Network, Itaú Social e Fundação Maria Cecília Vidigal. A constituição dos conselhos dessas instituições é reveladora da sua linha de atuação e dos direcionamentos das ações. Compõem o Conselho do Ceipe: Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Aondê Educacional, Todos pela Educação, Granenergia e Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

A percepção dessa articulação não serve apenas para mapear quem são os parceiros, como atuam e onde estão inseridos, mas para: a) ter a dimensão do trabalho dessas

instituições na atualidade e a dimensão da sua inserção na área governamental, pois ao se juntarem vão criar ramificações e expandindo seus princípios e interesses, conseqüentemente, ampliando sua área de atuação; b) compreender quais compromissos são assumidos por essas organizações e quais fundamentos defendem.

Possuímos uma visão ambiciosa: almejamos nos tornar um centro de referência nacional e internacional em políticas educacionais, contribuindo de forma significativa e duradoura para a melhoria da educação básica brasileira. (FGV, 2018)

Além dos parceiros declarados e aqueles que compõem o conselho da organização é possível encontrar outras organizações no material publicado com apoio do Ceipe, como: Elos Educacional, Labi, Comunitas, Rede Juntos, Learning Policy Institute, Organização dos Estados Ibero-Americanos, AACCS Accredited, entre outras.

Na análise do material da FGV e, mais especificamente do Ceipe, o conceito de liderança destaca-se como determinante das ações da organização, como princípio que pauta os processos de formação. Para alcançar o propósito de contribuir para a melhoria da educação básica o Ceipe propõe-se a atuar em três frentes: 1. Apoio às redes públicas de ensino; 2. Produção de conhecimento aplicado; 3. Formação de líderes.

Nunca esteve no horizonte dos princípios de uma educação democrática a formação de líderes, mas a formação de sujeitos, que, por buscarem os mesmos propósitos, teriam a possibilidade de participar diretamente da definição e dos rumos dos processos formativos. Esse é um entendimento de que os integrantes da comunidade escolar, em qualquer nível de ensino, ocupam funções diferentes. Porém, essas posições não os colocam em posição de superioridade ou inferioridade em relação a outras. Trabalha-se um tipo de relação horizontalizada, cuja participação e coletividade constituem-se elementos essenciais para a formação de todos os envolvidos.

Mesmo sem modificar o *modus operandi* do modo de produção vigente, as políticas sociais cumprem o papel essencial na sociedade de assegurar a efetivação de direitos. Na saúde, na habitação, no saneamento básico, as políticas podem permitir uma melhor condição de existência ao conjunto da sociedade na medida em que os benefícios particulares refletem em toda a vida social. Na educação, tais políticas desempenham o importante papel de criar as condições favoráveis à implementação de processos de formação de sujeitos que os possibilitem compreender e intervir autonomamente na complexa vida social.

O expressivo interesse, de uma quantidade tão grande de instituições, na definição de uma agenda para a educação decorre de um entendimento muito claro da relevância que os processos de formação exercem na constituição dos sujeitos e das possibilidades transformadoras que possuem.

Essas organizações atuam na difusão de ideias que circulam nacional e internacionalmente. Não são homogêneas e podem operar em diversos campos simultaneamente. Muitas são comprometidas com projetos ultraliberais de sociedade, outras se tornam verdadeiros agentes promotores do conservadorismo. Naquelas está presente o discurso de que não cabe ao Estado se envolver em determinadas questões, sendo necessário eliminar qualquer projeto de atendimento público universal. Estas promovem a defesa da militarização na educação e o ataque ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, à liberdade de cátedra, à defesa da igualdade de gênero e orientação sexual e das minorias étnico raciais. Embora as ultraliberais e as conservadoras atuem em uma perspectiva de conservação da ordem social e dos mecanismos que regulam o modo de produção vigente, em relação à educação, há divergências nos encaminhamentos propostos, por exemplo, as instituições conservadoras defendem uma “escola sem partido” e as instituições ultraliberais defendem uma “escola sem estado”.

Neste estudo interessou compreender como os *think tanks* se constituem para influenciar o conteúdo da política educacional brasileira de forma a reduzir o papel do Estado e limitar a gestão democrática da educação pública. É possível concluir que essa influência ocorra pela difusão de ideias em todos os tipos de meios de comunicação, especialmente, nas redes sociais; pela formação de quadros para a ocupação de funções públicas; pela articulação com grupos empresariais para a propagação dos valores do mercado na educação.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGOS, Esther. **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo, Boitempo: 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Lei n. 1.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais. Disponível em: <https://ceipe.fgv.br/>. Acesso em 15 jul. 2019.

ROCHA, Camila. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS Gustavo (Org.). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.p. 261-278.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar norte americano:** como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam à educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Sistema nacional de educação articulado ao plano nacional de educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, Rio de Janeiro/RJ, maio/ago. 2010. pp. 380-412. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a13.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2019.

SENNÁ, V. O Programa Acelera Brasil. In: **Em Aberto**, v.17, n.71. Brasília: Ministério da Educação/Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais, 2000. pp. 145-148.

TEIXEIRA, Tatiana. **Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA.** Rio de Janeiro, Revan, 2007.

UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA. 2018, Global Go To Think Tank Index Report. 2019.